

ESCOLA SUPERIOR DO COOPERATIVISMO – ESCOOP

**GOVERNANÇA EM COOPERATIVAS: APLICAÇÃO E VALIDAÇÃO DE UM
INSTRUMENTO DE DIAGNÓSTICO DA DEMOCRACIA COOPERATIVISTA A PARTIR
DA PERCEPÇÃO DOS COOPERADOS**

PROJETO DE PESQUISA

Prof. Dra. Cinara Neumann Alves

Março, 2026.

Sumário

1.2 RESUMO	3
1.3 PALAVRAS-CHAVE:.....	4
1.4 LINHA DE PESQUISA	4
1.5 RELAÇÃO COM A ESTRATÉGIA DO SISTEMA OCERGS.....	4
1.6 PERGUNTA DE PESQUISA/PRESSUPOSTO INICIAL:.....	5
1.7 OBJETIVOS.....	6
1.7.1 Objetivo Geral.....	6
1.8 METODOLOGIA	7
1.8.1 Integração entre Pesquisa, Extensão e Ensino: participação da disciplina Projeto Integrador I.....	11
1.9 CRONOGRAMA:	13
1.10 ENVOLVIDOS NO PROJETO:	14
1.11 CUSTOS DO PROJETO:.....	14
1.12 RESULTADOS ESPERADOS E POTENCIAL DE IMPLEMENTAÇÃO	15
1.12.1 Resultados Científicos/Acadêmicos	15
1.12.2 Resultados na forma de produtos técnicos e tecnológicos	16
1.12.3 Integração ensino–pesquisa–extensão	16
1.13 REFERÊNCIAS:	17
APÊNDICES	18
Apêndice A - Artefato A.....	18
Artefato B.....	20

1.2 RESUMO

Este projeto dá continuidade a uma agenda de pesquisa iniciada em 2024 sobre democracia cooperativista (Alves et al., 2025). Nas etapas anteriores, foram realizados o mapeamento teórico do campo e a construção de um modelo analítico da democracia cooperativista, culminando no desenvolvimento de um artefato de diagnóstico estruturado nas dimensões participação, deliberação, representação e educação cooperativista.

A pesquisa proposta para 2026 corresponde à fase de aplicação e validação empírica desse artefato, no âmbito da metodologia Design Science Research (DSR). O objetivo central é analisar como a validação empírica de um artefato de diagnóstico da democracia cooperativista contribui para o aperfeiçoamento da governança cooperativista. Para isso, o instrumento de diagnóstico será aplicado em cooperativas selecionadas, buscando compreender a percepção dos cooperados acerca dos processos de governança e participação democrática e, a partir da análise desses dados, identificar contribuições para o aprimoramento dos modelos de governança cooperativista. A aplicação do instrumento será realizada em cooperativas selecionadas mediante edital de convite para participação na pesquisa. Nesta primeira etapa de validação, pretende-se priorizar cooperativas de produtores e cooperativas de trabalho, pertencentes preferencialmente aos ramos agropecuário, saúde, trabalho, produção de bens e serviços e/ou transporte. A aplicação piloto ocorrerá em até duas cooperativas, de modo a possibilitar a comparação entre diferentes contextos organizacionais e ampliar a validade externa do artefato proposto.

3

O estudo busca compreender em que medida a aplicação empírica do instrumento permite identificar convergências e lacunas entre estruturas formais de governança, práticas efetivas de participação, percepção dos cooperados e processos educativos institucionais. Os resultados esperados incluem a validação do instrumento de diagnóstico da democracia cooperativista, a geração de um banco de dados empírico sobre governança democrática nas cooperativas e a produção de artigos científicos e produtos técnicos voltados à gestão cooperativa.

Além da contribuição científica, o projeto possui caráter aplicado e formativo, integrando atividades de ensino, pesquisa e extensão por meio da participação de estudantes da disciplina Projeto Integrador I no processo de aplicação do instrumento e análise inicial dos dados. Espera-se, assim, contribuir para o avanço dos estudos sobre governança cooperativista e para o desenvolvimento de ferramentas capazes de apoiar cooperativas na avaliação e no aprimoramento de suas práticas democráticas.

1.3 PALAVRAS-CHAVE

Democracia Cooperativista; Gestão Democrática; Governança Cooperativista; Diagnóstico Organizacional; Cooperativismo.

1.4 LINHA DE PESQUISA

A presente pesquisa está incorporada a Linha de Pesquisa “**Gestão e Governança em Cooperativas**” que concentra estudos e pesquisas que tenham como foco a gestão e governança das cooperativas. Considera temas como boas práticas de governança em cooperativas, contabilidade gerencial, intercooperação, relações interorganizacionais, internacionalização, aspectos jurídicos e normativos, bem como medidas de eficiência da sustentabilidade. Engloba pesquisas e estudos capazes de gerar soluções inovadoras referentes a produtos, processos, métodos comerciais e organizacionais.

1.5 RELAÇÃO COM A ESTRATÉGIA DO SISTEMA OCERGS

- Governança
 - Investigar a percepção dos cooperados sobre a imagem da cooperativa e sua relação com práticas de governança.

4

O projeto alinha-se diretamente à estratégia do Sistema OCERGS ao abordar a governança cooperativista a partir de um de seus fundamentos estruturantes: a democracia. Nas sociedades cooperativas, a governança não se restringe a mecanismos formais de gestão ou de controle institucional, mas depende da efetiva participação dos cooperados nos processos decisórios, na fiscalização das atividades e na definição dos rumos estratégicos da organização. Nesse sentido, parte-se do pressuposto de que a democracia cooperativista constitui condição sine qua non para o fortalecimento da governança, pois é por meio dela que se asseguram transparência, legitimidade das decisões, accountability e alinhamento entre gestão e interesses do quadro social. Ao propor a aplicação e validação empírica de um instrumento de diagnóstico da democracia cooperativista, o projeto contribui para os objetivos estratégicos do Sistema OCERGS ao oferecer subsídios analíticos e metodológicos capazes de apoiar cooperativas na avaliação de seus processos de participação, comunicação e deliberação, fortalecendo práticas de governança alinhadas aos princípios do cooperativismo e às diretrizes contemporâneas de gestão e desenvolvimento institucional do setor.

1.6 PERGUNTA DE PESQUISA/PRESSUPOSTO INICIAL:

Considerando que:

- A participação democrática constitui elemento estruturante da gestão de cooperativas. Contudo, sua compreensão não pode restringir-se ao exercício formal do direito de votar e ser votado, nem à dimensão meramente eletiva das assembleias gerais. A participação democrática, enquanto categoria analítica, abrange processos permanentes de fiscalização, deliberação qualificada, formulação estratégica e expressão das demandas do quadro social, configurando-se como dimensão constitutiva da governança cooperativa.
- A governança, nesse sentido, não se reduz à existência formal de instâncias decisórias ou à conformidade normativa com manuais de boas práticas. Ela depende da qualidade da interação entre os agentes institucionais, da densidade deliberativa dos processos decisórios e do grau de engajamento dos cooperados na gestão. Assim, a democracia cooperativista deve ser compreendida como dimensão estruturante da governança cooperativista.
- Tal participação exige a constituição de um sujeito cooperativista consciente de seus direitos e deveres, identificado com os valores e princípios do cooperativismo e capaz de atuar de maneira responsável nos espaços institucionais. A formação desse sujeito não ocorre de forma espontânea; ela demanda processos sistemáticos de educação cooperativista, entendida como prática formativa que possibilita a internalização dos fundamentos cooperativistas e a qualificação da participação.
- As pesquisas desenvolvidas em 2024 e 2025, intituladas Participação Democrática nas Cooperativas, indicou que a democracia, em muitos contextos organizacionais, tende a ser instrumentalizada, funcionando como mecanismo formal de legitimação de decisões previamente estruturadas. Todavia, o estudo também evidenciou que práticas deliberativas efetivas e experiências participativas consistentes fortalecem a identidade cooperativista e contribuem para a consolidação de processos democráticos mais robustos.
- Como resultado desse percurso investigativo, foi desenvolvido um artefato diagnóstico estruturado nas dimensões participação, deliberação, representação e educação cooperativista, encerrando-se a Fase A da Design Science Research (DSR), correspondente à construção e validação conceitual do instrumento.
- A etapa ora proposta corresponde à Fase B da DSR, voltada à aplicação e validação empírica do artefato em cooperativas selecionadas. O deslocamento analítico promovido nesta fase consiste em compreender a democracia não apenas como valor normativo ou prática

5

organizacional, mas como componente estruturante de um modelo teórico de governança democrática cooperativa.

- Parte-se do pressuposto de que a aplicação empírica do instrumento permitirá testar, tensionar e aperfeiçoar o modelo teórico construído, identificando convergências e lacunas entre:
 - Estrutura formal de governança;
 - Práticas efetivas de participação;
 - Percepção dos cooperados;
 - Processos educativos institucionais.
- Considerando que cada cooperativa é reflexo e produto do contexto social em que se insere, reconhece-se que a democracia cooperativista é construída na interação entre agentes, estruturas e práticas organizacionais. Assim, a validação empírica do artefato não se limita à mensuração de indicadores, mas constitui etapa essencial de refinamento teórico do próprio conceito de democracia cooperativista.

Dessa forma, a pergunta de pesquisa que orienta esta etapa investigativa é:

Como a validação empírica de um artefato de diagnóstico da democracia cooperativista contribui para o aperfeiçoamento da governança cooperativista?

6

1.7 OBJETIVOS

1.7.1 Objetivo Geral

Analisar como a validação empírica de um artefato de diagnóstico da democracia cooperativista contribui para o aperfeiçoamento da governança cooperativista.

1.7.2 Objetivos Específicos

- Aplicar o artefato de diagnóstico da democracia cooperativista em cooperativas selecionadas, garantindo a coleta sistemática de dados relativos a participação, deliberação, representação e educação cooperativista.
- Identificar padrões e variações nas práticas democráticas das cooperativas investigadas, considerando características organizacionais, contextuais e estruturais de governança.
- Examinar a relação entre os resultados do diagnóstico e os arranjos formais de governança das cooperativas.

- Produzir subsídios teórico-metodológicos para o avanço dos estudos em governança cooperativista, contribuindo para o refinamento conceitual da democracia como dimensão estruturante da gestão cooperativa.

1.8 METODOLOGIA

A pesquisa está sendo conduzida por meio da metodologia Design Science Research (DSR), abordagem amplamente utilizada em estudos que buscam desenvolver soluções práticas para problemas organizacionais, por meio da criação e avaliação de artefatos (Le Moigne, 1994; Simon, 1996; Dresch et al., 2015).

A DSR tem como foco a construção de conhecimento científico a partir da criação, aplicação e avaliação de artefatos, os quais são compreendidos como construções humanas desenvolvidas para solucionar problemas identificados em contextos organizacionais ou sociais. No âmbito desta pesquisa, o artefato consiste em um instrumento de diagnóstico da democracia cooperativista, fundamentado em um framework teórico de governança democrática em cooperativas.

Essa abordagem metodológica permite a interação direta entre pesquisadores e atores envolvidos no fenômeno investigado, possibilitando o refinamento contínuo do artefato por meio de avaliações sucessivas em contextos reais de aplicação. De acordo com Dresch et al. (2015), esse processo envolve ciclos iterativos de construção, intervenção e avaliação.

O fluxo da Design Science Research inicia-se no chamado “espaço do design”, no qual são analisados os requisitos do problema e as possíveis soluções. Em seguida, ocorre a fase de construção do artefato, na qual são analisadas sua viabilidade, utilidade e representação. Na etapa posterior, denominada “uso do artefato”, ocorre a instanciamento da solução proposta em contextos reais.

Para operacionalizar esse processo, esta pesquisa adota o modelo sintético de DSR proposto por Cole et al. (2005), que organiza o desenvolvimento da pesquisa em quatro fases principais:

- A) Identificação do Problema
- B) Intervenção
- C) Avaliação
- D) Reflexão e Aprendizagem

Essas quatro fases estruturam o percurso metodológico que está sendo percorrido desde 2024 cujo objetivo central é compreender e fortalecer a democracia cooperativista por meio do desenvolvimento de instrumentos analíticos e metodológicos aplicáveis às cooperativas.

Na primeira etapa da pesquisa, desenvolvida em 2024, foi realizada a identificação do problema de pesquisa, com foco na compreensão teórica e conceitual da democracia cooperativista e de suas implicações para a governança das cooperativas. Essa etapa envolveu revisão de literatura, construção do referencial teórico e delimitação do problema investigado.

Na segunda etapa, realizada em 2025, foi realizado o refinamento teórico, que resultou na construção dos artefatos A e B, dispostos nos apêndices deste projeto, que são, respectivamente, o enquadramento teórico e o instrumento de pesquisa.

A terceira etapa, correspondente ao projeto de pesquisa de 2026, concentra-se na aplicação e validação empírica do artefato de diagnóstico da democracia cooperativista, buscando avaliar sua utilidade prática e contribuir para o aperfeiçoamento dos estudos e modelos de governança cooperativa.

Fase A – Identificação do Problema

A fase de Identificação do Problema baseia-se no conhecimento acumulado nas etapas anteriores da pesquisa. Considerando que este projeto dá continuidade a estudos previamente desenvolvidos, parte-se de um framework teórico consolidado sobre democracia cooperativista. Nessa fase, o foco concentra-se no refinamento do referencial teórico, no aprimoramento do modelo analítico e na consolidação do instrumento de diagnóstico que será aplicado nas cooperativas participantes da pesquisa.

Fase B – Intervenção

A Fase B – Intervenção corresponde ao momento de aplicação do artefato nas cooperativas selecionadas para participação na pesquisa.

A abordagem adotada nesta etapa possui inspiração fenomenológica, buscando compreender a percepção dos cooperados acerca da governança e da participação democrática nas cooperativas. Nesse sentido, procura-se identificar como os cooperados percebem aspectos relacionados aos processos decisórios, à transparência, à participação nas assembleias, à comunicação institucional e à gestão democrática das cooperativas.

A aplicação do artefato ocorrerá em quatro cooperativas, organizadas nas subfases B1, B2, B3 e B4. Em cada cooperativa será desenvolvido um processo de intervenção estruturado nas seguintes etapas:

Quadro 1: Etapas Fase B a ser realizada nesta pesquisa

Etapas de cada Aplicação	Descrição	Técnica Aplicada
A	Workshop sobre Governança e Democracia Cooperativista	Realização de um workshop com cooperados e colaboradores da cooperativa, com o objetivo de apresentar conceitos relacionados à governança cooperativa, à participação democrática e à identidade cooperativista, promovendo sensibilização e contextualização da pesquisa.
B	Aplicação do diagnóstico na Cooperativa	Aplicação do instrumento de diagnóstico da democracia cooperativista junto aos cooperados, por meio de questionário estruturado com base nas dimensões e subdimensões do framework teórico da pesquisa.
C	Fechamento Do Diagnóstico	Compilação e organização dos dados coletados, permitindo a elaboração de um relatório preliminar sobre a percepção dos cooperados acerca da governança e da democracia na cooperativa.
D	Apresentação do Diagnóstico	Apresentação e discussão dos resultados com os cooperados e dirigentes da cooperativa, promovendo um espaço de reflexão coletiva sobre os resultados obtidos.
E	Construção dos Planos de Ação	Desenvolvimento coletivo de possíveis caminhos de aprimoramento da governança democrática na cooperativa, com a participação de cooperados e colaboradores.
F	Implementação das Ações	Implementação das ações propostas, acompanhadas pela equipe de pesquisa, permitindo monitorar avanços e realizar eventuais ajustes.
G	Nova Avaliação	Realização de uma nova aplicação do instrumento de diagnóstico junto ao mesmo grupo de cooperados, permitindo avaliar mudanças na percepção dos participantes.

Fonte: Elaboração Própria.

Seleção das Cooperativas Participantes:

A seleção das cooperativas participantes será realizada por meio de edital de convite para participação na pesquisa, a ser divulgado junto a ESCOOP. O edital apresentará os objetivos da pesquisa, as condições de participação e as etapas previstas de aplicação do instrumento diagnóstico.

Considerando o escopo do projeto e o tempo previsto para execução da pesquisa, a aplicação empírica do artefato será realizada em até duas cooperativas. Esse número permite a realização de análises comparativas entre diferentes contextos organizacionais, ao mesmo tempo em que mantém a viabilidade metodológica da pesquisa dentro do cronograma do projeto.

Nesta primeira etapa de aplicação, serão priorizadas cooperativas de produtores e cooperativas de trabalho, pertencentes preferencialmente aos ramos agropecuário, saúde, trabalho, produção de bens e serviços e transporte, em razão de suas características organizacionais e da centralidade da participação dos cooperados na dinâmica de governança dessas cooperativas.

A aplicação do instrumento em mais de uma cooperativa, se possível, permitirá verificar a consistência das dimensões analíticas do artefato em diferentes contextos organizacionais, contribuindo para o processo de validação empírica e aperfeiçoamento do modelo teórico de governança cooperativista.

10

Fase C – Avaliação

A Fase C – Avaliação corresponde à análise dos resultados obtidos nas diferentes aplicações do artefato nas cooperativas participantes. Nessa etapa serão analisados dados quantitativos e qualitativos provenientes do instrumento de diagnóstico. Durante o processo poderão ser realizados ajustes no artefato, com o objetivo de aprimorar sua utilidade e precisão analítica. O modelo analítico da pesquisa baseia-se em três pilares principais:

Percepção dos Respondentes

A percepção dos cooperados será sintetizada em um Índice Geral da Cooperativa, calculado a partir da média das dimensões analisadas no framework teórico da democracia cooperativista. Cada dimensão será composta por subdimensões, que por sua vez agregam as respostas dos cooperados aos itens do questionário.

Sugestões dos Respondentes

As perguntas abertas permitirão identificar percepções qualitativas e sugestões dos cooperados sobre a governança da cooperativa. Essas respostas serão analisadas por meio de análise de conteúdo com apoio do software Nvivo®.

Framework Teórico

O framework teórico da democracia cooperativista orienta a interpretação dos dados coletados, permitindo analisar os resultados à luz da literatura sobre governança e participação democrática nas cooperativas.

Fase D – Reflexão e Aprendizagem

A Fase D – Reflexão e Aprendizagem consiste na análise crítica do processo de pesquisa e na consolidação do conhecimento produzido (DRESCH et al., 2015).

Essa fase será desenvolvida em três subfases:

D1 – Aprendizagem para as Cooperativas

Devolutiva dos resultados às cooperativas participantes, promovendo espaços de reflexão sobre governança e participação democrática.

D2 – Análise e Sistematização dos Resultados

Análise comparativa dos dados obtidos nas diferentes aplicações do artefato, permitindo identificar padrões e contribuições para o aperfeiçoamento do modelo teórico de governança cooperativa.

D3 – Disseminação do Conhecimento

Produção de resultados científicos e técnicos, incluindo artigos acadêmicos, relatórios de pesquisa e materiais voltados ao fortalecimento da democracia cooperativista.

Espera-se poder realizar as fases C e D no ano de 2027, não excluindo-se a possibilidade de inicialização da Fase C ainda em 2026.

11

1.8.1 Integração entre Pesquisa, Extensão e Ensino: participação da disciplina Projeto Integrador I

A presente pesquisa possui natureza aplicada e interventiva, uma vez que propõe a aplicação empírica de um instrumento de diagnóstico da democracia cooperativista diretamente em cooperativas. Nesse sentido, além de sua contribuição acadêmica para os estudos sobre governança cooperativista, o projeto apresenta também um caráter extensionista, na medida em que promove a interação entre a instituição de ensino, os estudantes e o campo organizacional cooperativo.

No âmbito metodológico, o estudo se insere na abordagem Design Science Research (DSR), cuja lógica pressupõe não apenas a construção de artefatos teóricos ou metodológicos, mas também sua aplicação prática em contextos reais, possibilitando o aperfeiçoamento progressivo das soluções propostas. A fase desenvolvida no ano de 2026 corresponde à Fase B da DSR, que consiste na aplicação e validação empírica do artefato de diagnóstico da democracia cooperativista nas organizações participantes. Essa etapa busca testar a aplicabilidade do instrumento, avaliar sua

consistência analítica e gerar evidências empíricas que contribuam para o aperfeiçoamento dos modelos teóricos de governança democrática em cooperativas.

Considerando esse caráter aplicado da pesquisa, o projeto prevê a articulação com a disciplina Projeto Integrador I, ofertada no curso de graduação da ESCOOP. A disciplina possui como objetivo promover a integração entre conhecimentos teóricos e práticas investigativas, estimulando a participação dos estudantes em projetos de pesquisa e em atividades de interação com o campo cooperativista.

Nesse contexto, os estudantes matriculados na disciplina serão convidados a participar de atividades vinculadas ao processo de aplicação do artefato desenvolvido na pesquisa. A participação discente ocorrerá como atividade formativa supervisionada, permitindo que os estudantes acompanhem etapas da pesquisa aplicada, contribuam para atividades de coleta e organização de dados e desenvolvam competências relacionadas à investigação científica e à análise da governança cooperativista.

Essa integração entre ensino, pesquisa e extensão contribui para ampliar o impacto formativo do projeto, possibilitando que os estudantes tenham contato direto com desafios reais enfrentados pelas cooperativas, ao mesmo tempo em que fortalecem sua compreensão sobre os princípios da participação democrática, da governança e da identidade cooperativista.

12

Além disso, a participação dos estudantes contribui para o desenvolvimento de competências analíticas e investigativas, tais como leitura crítica de instrumentos de diagnóstico, compreensão de processos organizacionais e análise de dados qualitativos e quantitativos relacionados à participação dos cooperados nas instâncias de governança.

Dessa forma, a articulação entre o projeto de pesquisa e a disciplina Projeto Integrador I permite consolidar uma abordagem pedagógica baseada na aprendizagem pela investigação, ao mesmo tempo em que fortalece a dimensão extensionista da pesquisa ao aproximar a universidade do campo cooperativista.

Quadro 2: Possíveis contribuições dos estudantes da disciplina Projeto Integrador I na Fase B da DSR

Etapa da Pesquisa	Atividade da Pesquisa	Possível contribuição dos estudantes	Período estimado
Preparação da aplicação do artefato	Apresentação do instrumento de diagnóstico e contextualização da pesquisa	Estudo orientado sobre democracia cooperativista, governança e objetivos do artefato	Abril

Planejamento da coleta de dados	Organização das cooperativas participantes e definição de estratégias de aplicação	Apoio na organização de cronograma, revisão do instrumento e discussão de possíveis adaptações operacionais	Abril
Aplicação piloto do instrumento	Teste preliminar do artefato em contexto real ou simulado	Simulação de aplicação do instrumento e identificação de dificuldades operacionais	Abril / início de maio
Coleta inicial de dados	Aplicação do instrumento nas cooperativas participantes	Apoio na sistematização de respostas, registro de observações e organização do banco de dados inicial	Maio
Organização e sistematização das informações	Estruturação dos dados coletados	Apoio na tabulação preliminar de dados e organização de materiais de análise	Maio
Reflexão sobre os resultados preliminares	Discussão coletiva sobre os resultados iniciais da aplicação do artefato	Participação em seminários de discussão e elaboração de reflexões críticas sobre governança democrática nas cooperativas	Final de maio / início de junho

Fonte: Elaboração própria.

Dessa forma, a integração entre a aplicação empírica do artefato de diagnóstico da democracia cooperativista e a participação dos estudantes da disciplina Projeto Integrador I fortalece o caráter aplicado da pesquisa e amplia seu potencial formativo e institucional. A participação discente ocorre de maneira supervisionada e articulada às etapas da Fase B da Design Science Research, contribuindo para a coleta, organização e reflexão inicial sobre os dados obtidos nas cooperativas participantes. Ao mesmo tempo, essa integração consolida a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, característica central da proposta, permitindo que o processo de investigação científica se desenvolva em diálogo direto com o campo cooperativista e com os desafios concretos da governança democrática nas cooperativas. Dessa maneira, espera-se que a aplicação do artefato, aliada à participação acadêmica e à interação com as cooperativas, contribua tanto para o aperfeiçoamento do instrumento de diagnóstico quanto para o avanço dos estudos sobre governança e participação democrática no cooperativismo.

13

1.9 CRONOGRAMA

Quadro 3: Cronograma da Pesquisa

Período	Abr 2026	Mai 2026	Jun 2026	Jul 2026	Ago 2026	Set 2026	Out 2026	Nov 2026
Etapas/Atividades								
Divulgação do edital para seleção de bolsista	X							

Organização da parte extensionista junto a disciplina de Projeto Integrador I	X							
Seleção de bolsista		X						
Elaboração e divulgação do edital para seleção das cooperativas	X	X	X					
Seleção de cooperativas e identificação de participantes	X	X						
Realização das Etapas A e B da Fase B da pesquisa.		X	X	X				
Realização das Etapas C e D				X	X	X		
Realização das Etapas E e F						X	X	
Realização da etapa G							X	
Elaboração do Relatório Final								X

Fonte: Elaboração própria.

1.10 ENVOLVIDOS NO PROJETO

Quadro 4: Equipe da Pesquisa

Pesquisador(a)	Titulação	Instituição	Função
Cinara Neumann Alves	Doutora em Desenvolvimento Regional	Escola Superior do Cooperativismo - ESCOOP	Coordenadora
Deivid Ilecki Forgiarini	Doutor em Administração	Universidade Federal do Acre - UFAC	Pesquisador convidado
Alexandre de Souza Garcia	Doutor em Administração		Pesquisador convidado

Fonte: Elaboração própria.

14

O projeto prevê a seleção de um bolsista da graduação ou pós-graduação. Está prevista como parte das ações extensionistas da disciplina de projeto integrador I a participação dos alunos matriculados nesta disciplina, promovendo assim a integração entre ensino, pesquisa e extensão.

1.11 CUSTOS DO PROJETO

Quadro 5: Orçamento da Pesquisa

Etapa da pesquisa	Objeto	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Período de Coleta de dados	Diárias	Diárias dentro do Estado	6	R\$ 500,00	R\$ 3.000,00
Período de Coleta de dados	Deslocamento (km rodados)	Visitas as cooperativas para aplicação do instrumento	450	R\$ 1,00	R\$ 450,00

Divulgação da pesquisa em evento - EnANPAD 2026	Taxa de inscrição		1	R\$ 1.429,00	R\$ 1.429,00
Divulgação da pesquisa em evento - EnANPAD 2026	Deslocamento	passagens aéreas	1	R\$ 2.500,00	R\$ 2.500,00
Divulgação da pesquisa em evento - EnANPAD 2026	Diárias	Diária fora Estado	3	R\$ 790,00	R\$ 2.370,00
Total					R\$ 9.749,00

Fonte: Elaboração própria.

1.12 RESULTADOS ESPERADOS E POTENCIAL DE IMPLEMENTAÇÃO

1.12.1 Resultados Científicos/Acadêmicos

1.12.1.1 Artigo científico submetido em periódico

Possível tema: Aplicação e validação de um instrumento de diagnóstico da democracia cooperativista.

Possível título: *Diagnóstico da Democracia Cooperativista: aplicação e validação empírica de um instrumento de análise da governança nas cooperativas*

Contribuições esperadas

- Apresentação do **modelo analítico da democracia cooperativista**;
- Validação empírica do **artefato de diagnóstico**;
- Discussão sobre **governança democrática nas cooperativas**;
- Avanço teórico na relação entre **participação, educação cooperativista e governança**.

1.12.1.2 Trabalho apresentado em evento acadêmico

Possível tema: Resultados empíricos iniciais da aplicação do diagnóstico de democracia cooperativista.

Possível título: *Participação e governança nas cooperativas: evidências empíricas a partir da aplicação de um instrumento de diagnóstico da democracia cooperativista.*

Possíveis eventos

- EnANPAD (2027)

15

- EBPC 2027
- Congresso da Aliança Cooperativa Internacional

1.12.2 Resultados na forma de produtos técnicos e tecnológicos

1.12.2.1 Instrumento validado de diagnóstico da democracia cooperativista

Produto técnico principal.

Conteúdo:

- versão final do **Artefato B (questionário)**;
- modelo de cálculo dos **índices de democracia cooperativista**;
- estrutura de dimensões e subdimensões do modelo.

Resultado esperado:

- ferramenta aplicável por cooperativas para avaliar sua governança democrática.

1.12.2.2 Guia metodológico para aplicação do diagnóstico

Evolução da cartilha prevista no relatório de pesquisa de 2025.

Conteúdo:

- explicação do modelo de democracia cooperativista;
- passo a passo de aplicação do instrumento;
- exemplos de interpretação de resultados.

Objetivo: transformar o instrumento acadêmico em **ferramenta de gestão cooperativa**.

1.12.2.3 Banco de dados sobre democracia cooperativista

A aplicação do instrumento permitirá gerar um **banco de dados empírico** contendo:

- perfil dos cooperados;
- percepções sobre governança;
- padrões de participação.

Esse banco poderá subsidiar **pesquisas futuras dos docentes da ESCOOP**.

1.12.3 Integração ensino–pesquisa–extensão

Como o projeto integra a disciplina **Projeto Integrador I** busca-se entregar:

1.12.3.1 Formação acadêmica aplicada

Resultados:

- participação de estudantes na **aplicação do instrumento**;
- aprendizagem prática sobre governança cooperativista;
- produção de relatórios ou seminários acadêmicos.

1.13 REFERÊNCIAS:

ALVES, C. N.; FORGIARINI, D. I.; LAIMER, V. R.; GARCIA, A. A democracia cooperativista: uma revisão crítica da literatura. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**, [S. l.], v. 12, n. 23, p. e90015, 2025. DOI: 10.5902/2359043290015. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/rgc/article/view/90015>. Acesso em: 4 mar. 2026.

COLE, R. et al. Being proactive: where action research meets design research. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON INFORMATION SYSTEMS, 26., 2005, Las Vegas. Proceedings [...]. Las Vegas: [s.n.], 2005.

DRESCH, A.; LACERDA, D. P.; ANTUNES JÚNIOR, J. A. V. **Design Science Research**: método de pesquisa para avanço da ciência e tecnologia. Porto Alegre: Bookman, 2015.

LE MOIGNE, J. L. **Le constructivisme**: fondements. Paris: ESF, 1994.

SIMON, H. **The sciences of the artificial**. 3. ed. Cambridge: MIT Press, 1996.

17

APÊNDICES

Apêndice A - Artefato A

Dimensão	Subdimensão	Conceito da subdimensão	Autores principais (exemplos)
1. Fundamentos histórico-críticos do cooperativismo: Conjunto de interpretações históricas e críticas sobre o capitalismo e o socialismo que dão origem ao cooperativismo como alternativa ético-política de organização da economia. Mostra como as cooperativas emergem como resposta à exploração, à desigualdade e à perda de autonomia, carregando desde a origem uma pretensão de justiça social e democratização da vida econômica.	1.1 Crítica ao capitalismo liberal	Enquadra o capitalismo como produto histórico, marcado por liberalismo econômico, exploração do trabalho, salário de subsistência, exército industrial de reserva e mercantilização da vida, evidenciando a necessidade de formas associativas alternativas.	Smith (1974); Ricardo (1983); Malthus (1983); Wood (2001); Hobsbawm (2000); Thompson (1987); Hugon (1995); Mattei (2003).
	1.2 Socialismo utópico e experiências associativas	Apresenta o socialismo utópico como matriz de comunidades, fanstérios, bancos de troca e outras experiências que antecipam elementos de associação voluntária, ajuda mútua e gestão coletiva.	Saint-Simon; Fourier; Owen; Proudhon (1849); Engels (2005); Petitfils (1985); Hugon (1995).
	1.3 Socialismo científico e crítica estrutural	Interpreta a exploração capitalista em termos de mais-valia, monopólio dos meios de produção e crises cíclicas, discutindo potencial e limites das cooperativas como estratégia de transformação.	Marx (1996); Marx & Engels (2002); Engels (2005); Luxemburg (1986); Bernstein (1997); Mandel (1990); Deville (2008).
	1.4 Emergência histórica das cooperativas modernas	Reconstrói o surgimento de cooperativas modernas (consumo, produção, crédito), seu enraizamento em contextos operários e camponeses e a posterior consolidação em princípios e na ACI.	Holyoake (2014); Mladenatz (2003); Namorado (2013); Schneider (2019); Bialoskorski Neto (2012); Pinho (2008); ACI (2015).
	1.5 Plasticidade do capitalismo e risco de degeneração cooperativa	Mostra como o capitalismo se reconfigura e pode absorver ou neutralizar experiências cooperativas, especialmente quando estas se aproximam do modelo empresarial dominante e se afastam da identidade cooperativista.	Luxemburg (1986); Bernstein (1997); Mandel (1990); Novkovic (2008; 2022); Rousselière (2009); Schneider (2019); Moskovich (2020).
2. Identidade cooperativista (valores, princípios, conceitos): Síntese normativa que define o que é uma cooperativa, quais valores a orientam e quais princípios regulam sua organização. Distingue cooperativismo, cooperativa, cooperação e sujeito cooperativista e estabelece o horizonte de “sociedade de pessoas”, pautada por autoajuda, autorresponsabilidade, solidariedade, democracia, igualdade e equidade, contra o qual as práticas concretas podem ser avaliadas.	2.1 Distinções conceituais (cooperativismo, cooperativa, cooperação, cooperativista)	Diferencia o cooperativismo (doutrina/movimento), a cooperativa (organização específica), a cooperação (forma de organizar o trabalho) e o cooperativista (sujeito), evitando confusões entre forma jurídica, prática colaborativa e projeto político.	Namorado (2000; 2013); Mladenatz (2003); Schneider (2019); Holyoake (2014); Bialoskorski Neto (2012); Pinho (2008); Munkner & Mateus (2011).
	2.2 Valores cooperativos	Conjunto de valores (autoajuda, autorresponsabilidade, democracia, igualdade, equidade, solidariedade) que dão conteúdo ao propósito da cooperativa.	ACI (2015); Charterina (1995); Munkner & Mateus (2011); Namorado (2013); Schneider (2019); Costa (s.d.).
	2.3 Princípios cooperativistas	Tradução para a gestão dos valores nos sete princípios cooperativistas.	ACI (2015); Holyoake (2014); Mladenatz (2003); Drimer & Drimer (1981); Schneider (2019); Sira & Craig (1989).
	2.4 Identidade, isomorfismo e desvio de missão	Analisa a tendência de cooperativas imitarem empresas de capital (isomorfismo), selecionarem elementos convenientes da identidade e desviarem sua missão, discutindo o papel dos princípios e da educação como antídoto.	Novkovic (2008; 2022); Schneider (2019); Sira & Craig (1989); Rousselière (2009); Costa (s.d.); Bretos, Ridley-Duff & Wren (2024).
	2.5 Cooperativas como espaços de existência democrática	Apresenta a cooperativa como “escola de cidadania”: mais que empreendimento econômico, é espaço onde valores e princípios se traduzem em práticas de deliberação, participação e representação cotidiana.	ACI (2015); Schneider (2019); Namorado (2013); Mladenatz (2003); Pinho (2008); Costa (s.d.); Alves et al. (2025).
3. Educação cooperativista e formação do sujeito cooperativista: Infraestrutura formativa que torna possível a democracia cooperativista, articulando educação, treinamento e informação para membros, dirigentes, empregados e comunidade. Foca na construção do sujeito cooperativista capaz de compreender o modelo, aderir criticamente a valores e princípios e atuar de modo competente em participação, deliberação e controle da gestão.	3.1 Educação, treinamento e informação (5º princípio)	Educação permanente de membros, dirigentes, empregados e público em geral, para que compreendam a natureza da cooperativa e participem de forma qualificada de sua gestão.	ACI (2015); Schneider (2019); Drimer & Drimer (1981); Holyoake (2014); Sira & Craig (1989); Novkovic (2022).
	3.2 Formação do sujeito cooperativista democrático	Formação de competências cognitivas, éticas, de gestão e políticas para participar, deliberar, representar e controlar representantes, com base nos valores cooperativos.	Dewey (2008); Honneth (2001); Bandelin (2015); Breault & Breault (2014); Atxabal (2014); Lupien (2022); Mattarollo (2023).
	3.3 Educação para a identidade cooperativista	Conteúdos que integram história do movimento, princípios, valores, doutrina e crítica ao capitalismo, formando consciência cooperativista e não apenas habilidades técnicas.	Mladenatz (2003); Namorado (2013); Schneider (2019); Holyoake (2014); Costa (s.d.); Alves et al. (2025).
	3.4 Metodologias participativas e aprendizagem ativa	Uso de metodologias baseadas em experiência, projetos, investigação cooperativa, círculos de estudo e pesquisa-ação, promovendo pensamento crítico e corresponsabilidade.	Dewey (2008); Breault & Breault (2014); Greenwood & Santos (1991); Mattarollo (2023); Tistedt (2020).
	3.5 Estruturação institucional da educação	Políticas e dispositivos institucionais para a educação (fundos, centros de formação, programas de sistema, materiais), articulando níveis local, regional, nacional e internacional.	Schneider (2019); Pinho (2008); ACI (2015); Sira & Craig (1989); Novkovic (2022); Etges & Degrandi (2013).
4. Participação democrática cooperativista: Grau e qualidade da implicação dos cooperados na vida da cooperativa, para além do voto, incluindo presença, voz e capacidade real de influenciar decisões. Abrange participação formal e cotidiana, bem como barreiras e incentivos que produzem engajamento ou apatia.	4.1 Participação formal (assembleias, eleições, votações)	Exercício de direitos formais em assembleias, eleições e consultas previstas em estatuto e lei, como requisito mínimo de gestão democrática.	Cunningham (2009); Schneider (2003; 2019); Christiano (2015); Brasil – Lei 5.764/1971 (como exemplo nacional); ACI (2015); Estragó (2023).
	4.2 Participação cotidiana e organizacional	Envolvimento em núcleos, comissões, grupos de trabalho e conselhos locais, aproximando gestão e base e distribuindo o poder de decisão ao longo do tempo.	Tocqueville (2005); Cunningham (2009); Estragó (2023); Harnecker (2009); Varman & Chakrabarti (2004); Quijoux (2018); Harter (2004); Greenwood & Santos (1991).
	4.3 Inclusão e barreiras à participação	Condições materiais, territoriais, de gênero, idade, escolaridade e acesso digital que facilitam ou dificultam a participação efetiva de todos os membros.	Lupien (2022); Ng & Ng (2009); Miller (2012); Atxabal (2014); Imaz Alias et al. (2024); Sira & Craig (1989); Louw (2020).
	4.4 Cultura participativa, engajamento e apatia	Disposições subjetivas e culturais que alimentam protagonismo ou apatia, incluindo expectativas sobre ser ouvido, confiança nas lideranças e visão da participação como dever ou perda de tempo.	Cunningham (2009); Low, Donovan & Gieseking (2012); Kaswan (2014); Romero (2000); Estragó (2023); Costa (s.d.); Moscovich (2020).
	4.5 Participação digital e novos formatos	Uso de plataformas digitais, fóruns online e comunidades digitais para ampliar participação, criar novas formas de engajamento e articular níveis presenciais e virtuais.	Kreide (2016); Stubbs (2023); Tanasoca (2023); Drapushko (2024); Pek (2023).
5. Deliberação democrática cooperativista: Modo como a cooperativa organiza e conduz processos de discussão e tomada de decisão, com foco na troca de argumentos, circulação de informação e tratamento do dissenso. A	5.1 Arquitetura dos espaços de deliberação	Formatos institucionais (assembleias, conselhos, comitês, minipúblicos, certificações participativas) que definem quem fala, como fala e como as discussões são encadeadas.	Habermas (1997; 2007); Christiano (2015); Cunningham (2009); Pek (2023); Kimura (2010); Greenwood & Santos (1991); Sobering (2019).
	5.2 Inclusão e simetria deliberativa	Condições para que pontos de vista de diferentes grupos possam entrar no debate em posição minimamente igual: linguagem acessível, moderação, combate a assimetrias de poder e reconhecimento de saberes diversos.	Habermas (2007); Christiano (2015); Cerovac & Lekić Barunčić (2024); Lupien (2022); Harter (2004); Piñeiro Harnecker (2009); Kimura (2010).

deliberação legítima decisões e melhora sua qualidade epistêmica ao permitir que diferentes perspectivas sejam consideradas na definição do bem comum cooperativo.	5.3 Dimensão epistêmica da deliberação	Deliberação como mecanismo de aprimoramento cognitivo: ampliação de agenda, refinamento de soluções, distribuição de tarefas cognitivas e uso da diversidade como recurso, dentro de limites práticos.	Goodin (2017); Min & Wong (2018); Gerlsbeck (2018); Benson (2021); Tanasoca (2023); Nurmi (2023); Synhaievsksa (2025).
	5.4 Conflito, dissenso e busca de consenso razoável	Papel do conflito, protesto e dissenso na correção de injustiças e na construção de consensos provisórios, revisáveis e compatíveis com o ethos cooperativista.	Dewey (2008); Jackson (2015); Honneth (2001); Kreide (2016); Quijoux (2018); Charmettant (2004); Parayil (1999); Muldoon & Booth (2024).
	5.5 Limites e vulnerabilidades da deliberação	Identifica riscos da deliberação: elitismo cognitivo, manipulação, fadiga cívica, captura por grupos organizados, indicando a necessidade de combiná-la com outros dispositivos democráticos.	Parvin (2015); Nurmi (2023); Synhaievsksa (2025); Cerovac & Lekić Barunčić (2024); Parayil (1999); Brummer (2018).
6. Representação democrática e governança cooperativista: Arranjos institucionais pelos quais alguns sujeitos falam e decidem em nome do conjunto dos membros, em conselhos, diretorias, delegacias e demais órgãos. Discute quem representa, como representa e sob quais mecanismos de responsabilização, responsividade e controle, examinando tensões entre profissionalização, tecnocracia e preservação do controle democrático.	6.1 Desenho da representação interna	Estrutura dos órgãos de governança (assembleia, conselhos, diretorias, delegados, núcleos) e sua articulação com a base, considerando escalas locais, regionais e sistêmicas.	Mill (1981); Manin (1998); Urbinati (2006); Schneider (2019); ACI (2015); Harter (2004); Brasil – Lei 5.764/1971 (como exemplo nacional).
	6.2 Teorias normativas da representação	Diferentes concepções de representantes e de representação como processo circular de formação de opinião e vontade.	Dalaqua (2018); Vitali (2021); McDaniel (2018); Urbinati (2006); Hamilton (2017); Kioupiolios (2017); Landemore (2017); Ganghof (2024).
	6.3 Responsividade, <i>accountability</i> e dever de participação	Mecanismos pelos quais representantes prestam contas, respondem às preferências construídas deliberativamente e eleitores assumem dever de votar, acompanhar e, quando necessário, substituir representantes.	Christiansen (2025); Elliott (2023); Landwehr & Schäfer (2025); Christiano (2015); Theuns (2021); Magaña (2024).
	6.4 Democracia representativa em cooperativas	Estudos de cooperativas que mostram tensões entre democracia e oligarquia, tecnocracia e informalidade de decisões, bem como estratégias para manter a representação permeável à base.	Hernandez (2006); Brummer (2018); Low, Donovan & Giesecking (2012); Pestoff (2008); Varman & Chakrabarti (2004); Quijoux (2018); Charmettant (2004); Moskovich (2020); Bretos, Ridley-Duff & Wren (2024).
	6.5 Democracia econômica e propósito da cooperativa	Relação entre governo democrático na cooperativa e seus fins econômicos: democracia econômica, justiça distributiva, propósito e equilíbrio entre eficiência e controle social.	Rousselière (2009); Claassen (2025); Dapprich (2025); Muldoon & Booth (2024); Kaswan (2014); Parayil (1999).
7. Democracia cooperativista como modo de vida e democracia ampliada: Compreensão da democracia cooperativista não apenas como método de decisão, mas como modo de vida associado que atravessa valores, práticas e relações dentro e fora da cooperativa. Articula o ethos cooperativista com compromisso com a comunidade, desenvolvimento territorial e intercooperação, projetando a experiência interna para a democracia econômica e política em escalas mais amplas.	7.1 Democracia como modo de vida associado	Democracia entendida como forma de vida cooperativa, baseada em experiência compartilhada, comunicação, reconhecimento e cooperação, que exige sujeitos e instituições coerentes.	Dewey (2008); Honneth (2001); Bandelin (2015); Jackson (2015); Breault & Breault (2014).
	7.2 Ethos cooperativista	Conjunto de disposições e valores cooperativos que tornam plausível a existência de instituições democráticas estáveis nas cooperativas.	Namorado (2013); Mladenatz (2003); Schneider (2019); ACI (2015); Costa (s.d.); Alves et al. (2025).
	7.3 Democracia cooperativista como intersecção	Formula “democracia cooperativista” como intersecção necessária entre deliberação, participação e representação, articulada a valores e princípios cooperativos.	Alves et al. (2025); Cunningham (2009); Christiano (2015); Urbinati (2006); Dewey (2008); Tocqueville (2005); Aristóteles (1998); Schumpeter (1961).
	7.4 Compromisso com a comunidade, território e desenvolvimento	Entende a cooperativa como ator territorial que contribui para desenvolvimento sustentável, inclusão social e fortalecimento democrático no território, por meio de políticas definidas democraticamente.	ACI (2015); Etges & Degrandi (2013); Corrêa (1997); Kaswan (2014); Parayil (1999); Pinho (2008); Sira & Craig (1989); Imaz Alias et al. (2024); Bretos, Ridley-Duff & Wren (2024).
	7.5 Intercooperação e democracia em múltiplos níveis	Considera redes de cooperativas (locais, regionais, nacionais, internacionais) como espaços de deliberação, representação e participação ampliadas, com controle recíproco e efeitos sistêmicos.	ACI (2015); Sira & Craig (1989); Schneider (2019); Novkovic (2022); Greenwood & Santos (1991); Pek (2023); Landemore (2017).
8. Marco jurídico-legal da democracia cooperativista: Conjunto de normas e instituições que regulam a existência e o funcionamento das cooperativas em cada país (constituição, leis gerais de associações e sociedades, legislação específica de cooperativas, códigos civis e comerciais, regulamentos setoriais, normas de supervisão e instrumentos de autorregulação). Examina como o ordenamento jurídico define a cooperativa, os direitos e deveres políticos dos membros e as exigências mínimas de participação, deliberação e representação, indicando até que ponto o direito positivo reforça, permite ou limita a realização do ethos democrático cooperativista. É propositalmente genérica e adaptável a diferentes países.	8.1 Reconhecimento jurídico da cooperativa	Define como a legislação de cada país reconhece a cooperativa: natureza jurídica, finalidade, distinção em relação a outras sociedades, requisitos de constituição e dissolução, além de eventuais referências a princípios cooperativistas e valores cooperativos no próprio texto legal.	ACI (2015); Munkner & Mateus (2011); Costa (s.d.) (Para a análise dos resultados usar: leis nacionais de cooperativas (ex.: Brasil – Lei 5.764/1971; códigos civis nacionais);
	8.2 Direitos e deveres políticos dos membros	Trata dos dispositivos legais que estabelecem direitos de voto, uma pessoa/um voto (ou variações), direito de participação em assembleias, direito de informação, bem como deveres de lealdade, participação e cumprimento de decisões legítimas.	ACI (2015); Costa (s.d.); Sira & Craig (1989). (Para a análise dos resultados usar: Leis nacionais de cooperativismo e associações; constituições nacionais (cláusulas de liberdade de associação);
	8.3 Estrutura mínima de governança prevista em lei	Normas que exigem órgãos mínimos (assembleia geral, conselhos, diretoria), procedimentos de convocação e quórum, regras sobre mandatos, prestação de contas e fiscalização, que dão forma básica à democracia cooperativista.	ACI (2015); Pinho (2008); Schneider (2019). (Para a análise dos resultados usar: Leis nacionais de cooperativas e sociedades; códigos civis e comerciais;
	8.4 Regulação setorial e supervisão estatal	Regras específicas aplicáveis a setores (crédito, saúde, agro, energia etc.), incluindo supervisão de bancos centrais, agências reguladoras e órgãos de controle, que condicionam a autonomia democrática das cooperativas.	(ex.: OIT, 2002 – Recomendação 193; Pestoff (2008); Novkovic (2008; 2022). (Para a análise dos resultados usar: Normas de bancos centrais e agências reguladoras de cada país; recomendações da OIT sobre cooperativas)
	8.5 Autorregulação e padrões internacionais	Instrumentos de autorregulação e padronização (códigos de governança cooperativa, diretrizes de sistemas nacionais, recomendações da ACI e da OIT) que complementam o arcabouço estatal e podem fortalecer ou esvaziar a dimensão democrática.	ACI (2015); OIT (2002 – Rec. 193); Sira & Craig (1989); Novkovic (2022); Schneider (2019). (Para a análise dos resultados usar: diretrizes nacionais de sistemas cooperativos (por exemplo, no Brasil: OCB, confederações, centrais, conforme país).

Artefato B

Dimensões:	Afirmações:	NSA	1	2	3	4	5	Pergunta aberta da dimensão
Dimensão 1 – Fundamentos histórico-críticos do cooperativismo	1.1 - Na minha cooperativa, a gente conversa sobre as dificuldades que as famílias têm para viver do próprio trabalho e sobre como a cooperativa pode ajudar.							D1 – Na sua opinião, de que jeito a cooperativa ajuda as famílias a enfrentar as dificuldades do trabalho e da renda?
	1.2 Na minha cooperativa, as pessoas conhecem histórias de outros grupos, do passado ou de outros lugares, que se organizaram em conjunto para trabalhar e viver melhor.							
	1.3 Na minha cooperativa, buscamos entender por que alguns compradores ou empresas têm mais força na hora de negociar do que quem produz, e como isso afeta os cooperados.							
	1.4 Na minha cooperativa, os associados conhecem, pelo menos de forma simples, como surgiram as primeiras cooperativas e o movimento cooperativista.							
	1.5 Na minha cooperativa, existe o cuidado para que ela não vire apenas “uma empresa como as outras”, mantendo vivos os valores e princípios cooperativistas.							
Dimensão 2 – Identidade cooperativista (valores, princípios, conceitos)	2.1 Na minha cooperativa, é claro para os associados o que é cooperativismo, o que é uma cooperativa, o que é cooperação e o que significa ser cooperativista.							D2 – Para você, o que mais mostra que a sua cooperativa é diferente de uma empresa comum?
	2.2 Na minha cooperativa, valores como ajuda mútua, responsabilidade, igualdade e solidariedade são lembrados e praticados no dia a dia.							
	2.3 Na minha cooperativa, os sete princípios cooperativistas são conhecidos, sobretudo pelos líderes, e usados para orientar decisões e regras.							
	2.4 Na minha cooperativa, percebemos quando ela se afasta do jeito cooperativista de ser, e isso pode ser conversado entre dirigentes e associados.							
	2.5 Na minha cooperativa, sentimos que ela é também um espaço para aprender, dar opinião e participar, e não só um lugar para fazer negócios.							
Dimensão 3 – Educação cooperativista e formação do sujeito cooperativista	3.1 Na minha cooperativa, há cursos, encontros e materiais que ajudam os associados a entender como a cooperativa funciona.							D3 – Que tipo de curso ou formação você acha que a cooperativa poderia oferecer para ajudar mais no seu dia a dia?
	3.2 Na minha cooperativa, os associados são incentivados a aprender a falar em público, ouvir os outros e participar das decisões.							
	3.3 Na minha cooperativa, as formações falam também da história, dos valores e dos princípios cooperativistas, e não só de assuntos técnicos.							
	3.4 Na minha cooperativa, as formações costumam ter conversa, troca de experiências e trabalho em grupo, e não apenas aula “falada”.							
	3.5 Na minha cooperativa, existe algum tipo de planejamento ou setor que cuida da formação e educação dos associados.							
Dimensão 4 – Participação democrática cooperativista	4.1 Na minha cooperativa, a maioria dos associados participa das assembleias e das votações importantes.							D4 – O que mais ajuda você a participar da cooperativa? E o que mais atrapalha?
	4.2 Na minha cooperativa, os associados participam também do dia a dia, em núcleos, comissões ou grupos de trabalho, e não só na assembleia anual.							
	4.3 Na minha cooperativa, há esforços para que mulheres, jovens, pessoas de lugares mais afastados e com menos estudo também consigam participar.							
	4.5 Na minha cooperativa, os associados se sentem motivados a participar e acreditam que sua opinião faz diferença.							
	4.6 Na minha cooperativa, usamos meios de comunicação (como WhatsApp, rádio, redes sociais ou outros) para ouvir e envolver os associados.							
Dimensão 5 – Deliberação democrática cooperativista	5.1 Na minha cooperativa, as reuniões são organizadas de um jeito que permite tempo e espaço para conversa antes da decisão.							D5 – Conte um exemplo (sem citar nomes) de uma decisão em que a conversa entre os associados ajudou a melhorar o resultado.
	5.2 Nas reuniões da minha cooperativa, diferentes tipos de associados (pequenos e grandes, homens e mulheres, jovens e idosos) têm oportunidade real de falar e ser ouvidos.							
	5.3 Na minha cooperativa, quando discutimos um assunto importante, as pessoas trazem informações e experiências diferentes, e isso ajuda o grupo a decidir melhor.							
	5.4 Na minha cooperativa, é possível discordar e criticar decisões com respeito, e isso é visto como algo normal e importante.							
	5.5 Na minha cooperativa, há preocupação em evitar que só um pequeno grupo domine as conversas e decisões nas reuniões.							
Dimensão 6 – Representação democrática e governança cooperativista	6.1 Na minha cooperativa, os associados entendem bem quem os representa (conselhos, diretoria, delegados) e o papel de cada órgão.							D6 – Na sua visão, o que os representantes (conselho, diretoria, delegados) poderiam fazer para representar ainda melhor os associados?
	6.2 Na minha cooperativa, está claro que os representantes devem ouvir a base e decidir pensando no melhor para o conjunto dos associados.							
	6.3 Na minha cooperativa, os representantes prestam contas regularmente aos associados e respondem às dúvidas e sugestões.							
	6.4 Na minha cooperativa, as decisões dos conselhos e da diretoria refletem o que foi discutido com os associados, e não apenas a opinião de poucas pessoas.							
	6.5 Na minha cooperativa, as decisões sobre preços, investimentos e divisão de sobras levam em conta o benefício para os associados e para a comunidade, e não só o resultado financeiro imediato.							
Dimensão 7 – Democracia cooperativista como modo de vida e democracia ampliada	7.1 Na minha cooperativa, o jeito de trabalhar e se relacionar no dia a dia valoriza o diálogo, o respeito e a cooperação.							D7 – De que maneira você acha que a sua cooperativa ajuda a fortalecer a comunidade e a região onde você vive?
	7.2 Na minha cooperativa, é comum ver atitudes de ajuda mútua, responsabilidade com o grupo e cuidado com quem está em situação mais frágil.							
	7.3 Na minha cooperativa, sentimos que a democracia aparece ao mesmo tempo na participação dos associados, nas conversas e na atuação dos representantes.							
	7.4 Na minha cooperativa, as decisões levam em conta o impacto para a comunidade e para o desenvolvimento da região, e não só para a própria organização.							
	7.5 Na minha cooperativa, buscamos trabalhar junto com outras cooperativas e organizações, participando de espaços coletivos de decisão em nível regional ou nacional.							
Dimensão 8 – Marco jurídico-legal da democracia cooperativista	8.1 Na minha cooperativa, as lideranças explicam de forma simples qual é o tipo de organização que ela é perante a lei e o que isso significa para os associados.							D8 – O que você sabe, com suas palavras, sobre as leis e regras que mais influenciam o funcionamento da sua cooperativa?
	8.2 Na minha cooperativa, os associados conhecem seus direitos de voto, de participar das assembleias e de receber informações, assim como seus deveres.							
	8.3 Na minha cooperativa, o funcionamento da assembleia, dos conselhos e da diretoria segue claramente o que está escrito no estatuto e nas leis do país.							
	8.4 Na minha cooperativa, os associados são informados, em linguagem simples, sobre as regras e órgãos do governo que acompanham e fiscalizam a cooperativa.							
	8.5 Na minha cooperativa, são conhecidos e usados códigos de boas práticas, normas do sistema cooperativo e orientações de entidades nacionais e internacionais.							